

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Mapeamento multi-contextos da literatura sobre desmantelamento de políticas ambientais

Guilherme Dourado Dos Reis, Maria Cristina Oliveira Souza, Rosana Icassatti Corazza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13180>

Submetido em: 2025-09-22

Postado em: 2026-02-10 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta nova versão atualizada conta com o aprimoramento da discussão e refinamento das considerações finais.

MAPEAMENTO MULTI-CONTEXTOS DA LITERATURA SOBRE DESMANTELAMENTO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

Guilherme Dourado dos Reis

Doutorando - Departamento de Política Científica e Tecnológica – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8637-5426>

Maria Cristina Oliveira Souza

Bolsista de pós-doutorado do Programa de Apoio à Gestão de Grandes Centros Temáticos de Pesquisa na Modalidade: Gestão de Transferência de Tecnologia e Inovação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2187-0972>

Rosana Icassatti Corazza

Professora Associada 1 – Departamento de Política Científica e Tecnológica – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4658-2889>

RESUMO

O objetivo central deste artigo consiste em mapear e analisar sistematicamente a literatura internacional sobre o desmantelamento de políticas ambientais, com foco na identificação de estratégias, temas e contextos predominantes, a fim de sintetizar lições e propor uma agenda de pesquisa. Realizou-se uma Revisão de Escopo (Scoping Review) seguindo o protocolo do Joanna Briggs Institute, com buscas nas bases Scopus, SciELO e BDTD, com base na estratégia PCC (Problema-Conceito-Contexto). A análise, guiada pelo arcabouço do *Policy Dismantling*, permitiu a categorização sistemática dos estudos. A análise dos 38 documentos mapeados evidencia a concentração de estudos na União Europeia e no Brasil e em outros contextos. Na UE, predomina um desmantelamento sutil, caracterizado por ação simbólica (discurso pró-desmontagem) e por omissão (estagnação legislativa e cortes orçamentários), em que a complexidade institucional atua como freio e arena de conflito. No Brasil, o desmonte foi ostensivo e multidimensional, iniciado por uma forte ação simbólica antiambiental, e efetivado via desmantelamento ativo (mudanças regulatórias), por mudança de arena (militarização, transferência de atribuições) e por omissão (cortes orçamentários e de fiscalização). O estudo demonstra a plasticidade das estratégias de desmantelamento, que variam conforme o contexto político-institucional. A aplicação da Scoping Review mostrou-se uma ferramenta inovadora para a consolidação deste campo de estudo. Os resultados não apenas sintetizam o estado da arte, mas também delineiam uma agenda de pesquisa urgente, focada nos impactos de longo prazo, nas estratégias de resistência e nos limites teóricos desta abordagem em democracias não consolidadas.

Palavras-chave: Análise de políticas, mudança política, revisão de escopo.

MULTI-CONTEXT MAPPING OF THE LITERATURE ON ENVIRONMENTAL POLICIES' DISMANTLING

Abstract

The main objective of this article is to map and systematically analyze the international literature on the dismantling of environmental policies, focusing on identifying predominant strategies, themes, and contexts to synthesize lessons and propose a research agenda. A Scoping Review was conducted following the Joanna Briggs Institute protocol, with searches across the Scopus, SciELO, and BDTD databases, using the PCC (Problem-Concept-Context) strategy. The analysis, guided by the Policy Dismantling framework, enabled systematic categorization of the studies. The analysis of the 38 mapped documents shows a concentration of studies in the European Union, Brazil, and other contexts. In the EU, a subtle form of dismantling predominates, characterized by symbolic action (pro-dismantling discourse) and by omission (legislative stagnation and budget cuts), where institutional complexity acts as both a break and a conflict arena. In Brazil, the dismantling was blatant and multidimensional, initiated by a strong anti-environmental symbolic action and effected through active dismantling (regulatory changes), arena shifting (militarization, transfer of attributions), and omission (budgetary and enforcement cuts). The study demonstrates the plasticity of dismantling strategies, which vary across political-institutional contexts. The application of the Scoping Review proved to be an innovative tool for consolidating this field of study. The results not only synthesize the state of the art but also outline an urgent research agenda, focused on the long-term impacts, resistance strategies, and the theoretical limits of this approach in unconsolidated democracies.

Keywords: Policy analysis, policy change, scoping review.

1. Introdução e fundamentação teórica

A literatura voltada a compreender o desmantelamento de políticas tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos (Sabourin et al, 2020; Milhorce, 2022; Da Fonseca et al, 2022; Bonelli et al, 2023; Coletti, 2023; Coletti, 2024; Silva & Vinha, 2025). Nesse campo, destaca-se uma abordagem teórico-metodológica específica para estudar esse assunto dentro da especialidade da "*policy change analysis*", conhecida como Abordagem de Desmantelamento de Políticas (ADP), ou *Policy Dismantling Framework*.

A ADP consiste em uma forma distinta de mudança de política pública, abarcando o corte, redução ou remoção completa de uma política existente. Suas

origens remontam a experiências de desregulamentação e redução das políticas de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980 na sequência das reformas neoliberais (Jordan et al, 2013; Moulin, 2023). Embora estivesse inicialmente voltada a examinar processos de desmantelamento de políticas sociais, essa abordagem tem sido empregada em uma variedade de contextos e temas em diferentes países, inclusive no Brasil (Gurgel et al., 2021; Da Fonseca et al., 2022; Bonelli et al., 2023; Coudel et al., 2023).

Bauer et al. (2013) apontam que o desmantelamento de políticas é comumente associado a períodos de austeridade econômica, caracterizado pela contenção dos gastos públicos, no qual se impõem perdas a alguns grupos da sociedade visando o bem maior. Tal concepção foi reforçada pela forma adotada pelos decisores políticos (em especial a Europa) ao início da recessão econômica do final dos anos 2000, quando foram reduzidos os benefícios sociais e direitos de pensão. Na época os autores destacaram a fragmentação da literatura sobre o tema, propondo, como resposta, o desenvolvimento de uma abordagem analítica de caráter sistemático e comparativo, a fim de mensurar e explicar o desmantelamento de políticas.

Desta forma, Bauer & Knill (2013) desenvolveram um conjunto de indicadores empíricos a fim de avaliar o grau de desmantelamento em contextos específicos. Esta estrutura incorpora dois aspectos, ou dimensões, sendo elas a densidade e a intensidade de políticas. A princípio, a densidade refere-se à extensão da atividade legislativa (número de políticas e de instrumentos a serem aplicados) em uma determinada área de políticas, já a intensidade está ligada ao rigor relativo das políticas (capacidade de implementação e execução das políticas).

A partir dessa base, Bauer & Knill (2013) propõem uma definição da ADP:

Uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas em uma área específica, reduz o número de instrumentos de política usados e/ou diminui sua intensidade. Pode envolver mudanças nesses elementos centrais da política e/ou pode ser alcançada pela manipulação das capacidades de implementá-las e supervisioná-las (p. 36).

Abordando as preferências dos políticos, ou seja, quais motivos levam os políticos governantes a se envolverem no desmantelamento e quais as estratégias empregadas para alcançá-lo, Bauer & Knill (2013) destacam que as preferências moldam e são moldadas pelos custos e benefícios esperados decorrentes do desmantelamento. Dois cenários são apresentados, ambos com um pressuposto de preferência para garantir a reeleição, no primeiro cenário os políticos percebem que os benefícios do desmantelamento são maiores que os custos, tendo assim incentivos óbvios para desmantelar e gozar do crédito de tal escolha, já no segundo cenário

entende-se que os benefícios do status quo (manter a política) são maiores que os do desmantelamento, sendo assim os políticos que desejam desmantelar tendem a fazê-lo de forma mais oculta, visando a evitação de culpa.

Tendo estes dois cenários como base, Bauer & Knill (2013) propuseram quatro estratégias principais no desmantelamento de políticas: a) desmantelamento por omissão; b) desmantelamento por mudança de arena; c) desmantelamento por ação simbólica; e d) desmantelamento ativo.

Apesar de sua crescente adoção, ADP também vem recebendo críticas e questionamentos quanto a sua adequação para analisar contextos como o brasileiro (Silva & Vinha, 2025). Ainda assim, a abordagem tem passado por "enquadramentos" ou adaptações que contextualizam a ADP, tanto do ponto de vista histórico quanto temático e político (Sabourin et al., 2021; Milhorange, 2022; Souza, 2023; Dos Reis & Corazza, 2025; Dos Reis, 2025).

Silva & Vinha (2025), apontam que a ADP, tem como base teórica a Teoria da Escolha Racional (*Rational Choice*). Essa abordagem parte de uma compreensão do sujeito ou agente (social, econômico e político) como perfeitamente racional e guiado pelo autointeresse. Assim, ao tomar decisões, esses agentes consideram diversos fatores, como as condições socioeconômicas, as ideologias e preferências envolvidas, e, sobretudo, a receptividade das instituições públicas e da sociedade civil diante das mudanças propostas. Essa última variável é especialmente importante, pois se entende que os governantes, ao visarem a reeleição e a manutenção do poder, tendem a evitar ou ajustar políticas impopulares que possam comprometer sua imagem pública.

Desta forma, Silva & Vinha (2025) destacam duas limitações da ADP ao aplicá-la ao contexto brasileiro: i) observam que a resistência de burocratas e de atores não governamentais não foi suficiente para frear ou modificar as estratégias de desmantelamento, visto que, as ações foram conduzidas, em grande medida, de forma unilateral, desconsiderando a aceitação ou rejeição da população; ii) o cenário político brasileiro recente foi fortemente marcado por uma combinação de orientação neoliberal e práticas autoritárias - elementos que não são contemplados na abordagem original da ADP, desenvolvida com base em democracias consolidadas e institucionalmente mais estáveis, como as da Europa Ocidental.

Ainda nessa perspectiva, trabalhos anteriores ao de Silva & Vinha (2025), como o de Sabourin et al (2020) e o de Souza (2023), já apresentavam as críticas à

limitação teórico-epistemológica da ADP¹, apontando falhas nos pressupostos de racionalidade restrita.

A partir do exposto, este artigo tem como objetivo mapear e analisar sistematicamente a literatura internacional sobre o desmantelamento de políticas ambientais, identificando e caracterizando as estratégias predominantes, os principais temas investigados e os contextos internacionais dos estudos, com o intuito de sintetizar as lições aprendidas e propor uma agenda de pesquisa futura para o campo.

A metodologia empregada segue os padrões do Joanna Briggs Institute (JBI), com a aplicação da extensão dos Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA para Scoping Review (ScR) (Peters et al, 2020; 2022). Os métodos da revisão de escopo são apropriados para este tipo de mapeamento da literatura devido às suas características de organização, transparência e reprodutibilidade (Peters et al, 2020; 2022).

O mapeamento da literatura resultou na identificação, triagem e inclusão de um conjunto de trinta e oito documentos, entre artigos, capítulos de livro e teses, recuperados das bases Scopus, SciELO e Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os documentos recuperados foram examinados, seguindo as recomendações de Peters et al (2020; 2022), a partir da elaboração de um instrumento de extração de dados, concebido para capturar a forma pela qual as políticas públicas da área ambiental são tratadas pelos seus respectivos autores a partir da concepção da ADP.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção é dedicada a apresentar a metodologia mobilizada; a terceira seção apresenta os resultados a partir das buscas nas bases de dados selecionadas, bem como os resultados expostos no fluxograma PRISMA; a quarta seção apresenta as estratégias de Desmantelamento de Políticas; a quinta seção aborda o escopo dos estudos selecionados; e por fim, as conclusões do capítulo.

2. Metodologia

A despeito da crescente relevância do fenômeno do desmantelamento de políticas públicas, particularmente na esfera ambiental, carecemos de uma visão sistemática e consolidada da produção acadêmica que o examina. Este artigo adota a revisão de escopo (Scoping Review) como método principal, uma abordagem

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre as limitações da Teoria da Escolha Racional para a compreensão e para guiar ações de políticas públicas no domínio ambiental, ver Corazza (2001). Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.206472>.

metodológica que, embora consolidada em áreas como as Ciências da Saúde e estudos interdisciplinares, apresenta notável potencial e relativa novidade na sistematização de literaturas complexas no domínio das Políticas Públicas e das Ciências Sociais Aplicadas.

A inovação metodológica deste estudo reside na aplicação parametrizada e analítica da revisão de escopo para mapear o campo do *policy dismantling* ambiental. Para tanto, concebemos um protocolo de busca e extração de dados orientado, de um lado, a identificar a literatura nesse campo e, de outro, a categorizá-la criticamente a partir do arcabouço teórico do *policy dismantling* (Bauer & Knill, 2013), permitindo a classificação das estratégias relatadas (e.g., desmantelamento ativo, por omissão), a análise dos temas privilegiados (e.g., desmatamento, agrotóxicos, governança climática) e a comparação entre os contextos nacionais e regionais de estudo. Dessa forma, o desenho metodológico foi fundamental para transcender um mapeamento descritivo e gerar *insights* analíticos sobre os padrões e as nuances do desmonte ambiental em diferentes realidades.

O mapeamento da literatura sobre ADP segue, assim, as diretrizes da revisão de escopo (ScR) conforme recomendações do Joanna Briggs Institute JBI para o mapeamento da literatura devido à organização, transparência e confiabilidade dos métodos empregados (Peters et al, 2020; Peters et al, 2022; Aromataris et al, 2024).

A estrutura da revisão de escopo foi composta por etapas, detalhadas a seguir. A primeira etapa consistiu na formulação das perguntas norteadoras da pesquisa, sendo elas: “i) Quais são os temas de política ambiental que estão sendo trabalhados por essa literatura? ii) Essa literatura está focada no problema do desmatamento? iii) Quais são os escopos nacionais ou regionais estudados por essa literatura?”

Na segunda etapa, procedeu-se à identificação de estudos relevantes, por meio da formulação de uma Estratégia PCC (problema, conceito e contexto), com a definição dos termos de busca a partir de palavras-chave de autor e outras palavras-chave elaboradas a partir da orientação, apresentadas no quadro abaixo. Desta forma, foram usadas para caracterizar o “problema” (P) palavras-chave que englobam as políticas ambientais; no caso do “conceito” (C), foi empregado o termo “Policy Dismantling”; e, para o “contexto”, não foi empregada nenhuma palavra, com o objetivo justamente de abrir a abrangência geográfica do mapeamento da literatura. A terceira etapa foi a escolha das bases de dados, que para este estudo foram as bases Scopus e SciELO, escolhidas por sua abrangência para a literatura, incluindo periódicos das

Ciências Sociais aplicadas, além da base de teses e dissertações BDTD, com o objetivo de abarcar a literatura nacional de teses e dissertações. A pesquisa nas bases Scopus e BDTD foi realizada inicialmente por Reis (2025), e atualizada para este artigo em 14 de abril de 2025.

Quadro 1. Estratégia PCC

Estratégia	Palavras-chave (Query Strings)
P- Problema/ Política/ População	"environment*" OR "environmental polic*" OR "climate polic*" OR "deforestation"
	AND
C- Conceito	"policy dismantling"

Fonte: os autores (2025).

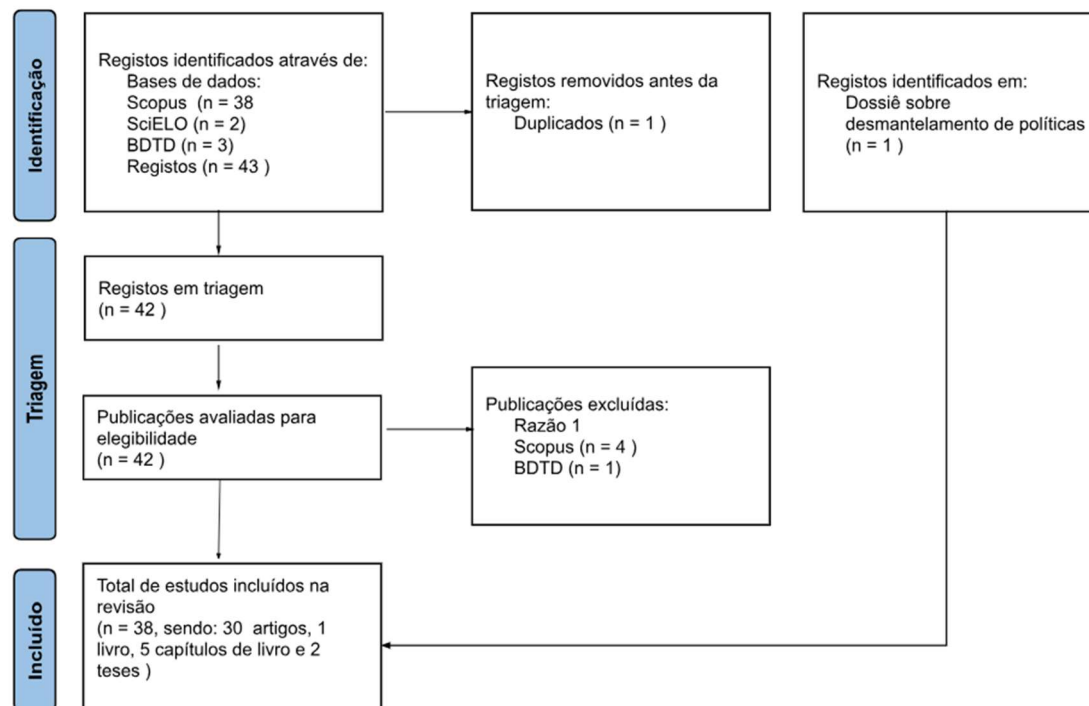
A etapa seguinte consistiu na seleção e triagem dos estudos, representada na figura 1 (apresentada na seção 3), a qual demonstra, através do fluxograma prisma, o passo a passo com os documentos selecionados, o número de exclusões e inclusões. Em conformidade com Peters et al (2020), não foi utilizada nenhuma limitação em termos de recorte temporal ou idioma. Os critérios de elegibilidade usados para a inclusão e exclusão dos documentos foram: os documentos devem abarcar o desmantelamento de políticas ambientais.

A quinta etapa consiste na codificação e análise dos documentos selecionados para revisão, realizadas manualmente com o uso do Excel, como ferramenta de organização das referências e de extração de dados. Desta forma, foi elaborada uma planilha no Excel para a organização das referências bibliográficas dos documentos recuperados, com a distinção, por meio de codificação em cores, entre os documentos das bases Scopus, SciELO e BDTD, e a criação de categorias para as informações, sendo elas: autor, título, ano de publicação, resumo, palavras-chave de autor, país ao qual o estudo se refere, e qual a estratégia de desmantelamento foi usada no caso analisado.

3. Resultados

Os processos de seleção e inclusão dos documentos a serem analisados nessa revisão foram representados em conformidade com as recomendações do JBI para ScR, por meio do fluxograma PRISMA, ilustrado na figura 1, abaixo.

Figura 1: Fluxograma Prisma: resultados das etapas de seleção e inclusão dos documentos para a revisão sobre desmantelamento de políticas ambientais



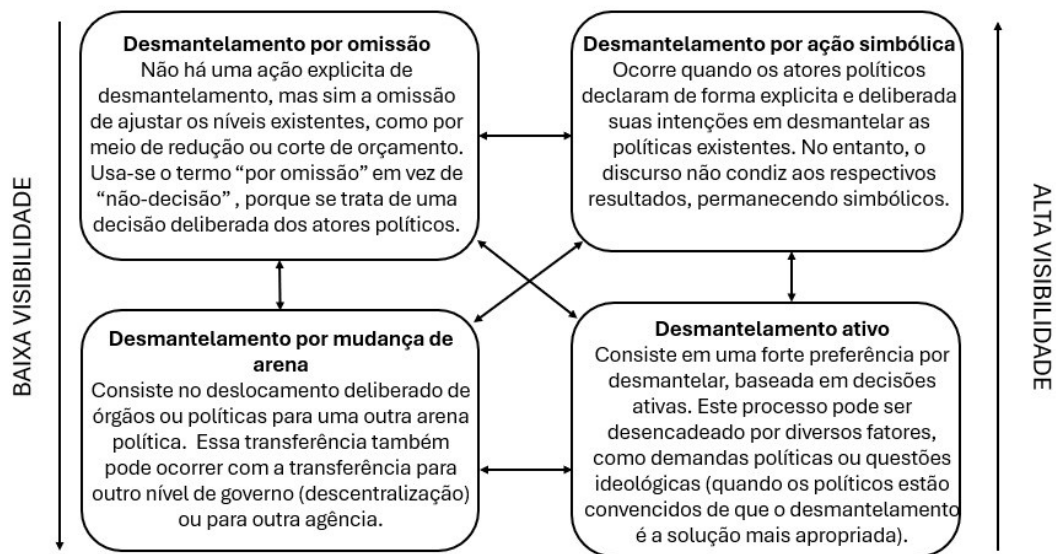
Fonte: os autores (2025).

O fluxograma PRISMA permite a visualização das etapas da Revisão de Escopo, bem como seus resultados em termos de documentos identificados: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Os resultados obtidos na base Scopus permitiram o levantamento de 38 documentos: 30 artigos, 7 capítulos de livro e 1 livro. Seguindo o critério de elegibilidade (tratar do desmantelamento de políticas ambientais), quatro documentos foram excluídos por não atenderem a esse critério. A busca na base SciELO resultou em dois documentos (artigos). Por fim, a busca na base BDTD resultou em duas teses e uma dissertação. Seguindo o critério de elegibilidade, um documento (dissertação) foi excluído.

4. Apresentação das estratégias da ADP

Bauer & Knill (2013) propuseram quatro estratégias (do tipo ideal) mobilizadas no desmantelamento de políticas: a) desmantelamento por omissão; b) desmantelamento por mudança de arena; c) desmantelamento por ação simbólica; e d) desmantelamento ativo, apresentados na figura 2 a seguir.

Figura 2 - As quatro estratégias da ADP



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de figura elaborada por Souza (2023) a partir de Bauer & Knill (2013).

O desmantelamento por omissão, considerado o mais sutil, ocorre por meio da abstenção de ajustar os níveis políticos existentes às condições externas, por exemplo, não ajustar os orçamentos à inflação ou até mesmo reduzir ou cortar orçamentos. O desmantelamento por mudança de arena, se dá pelo deslocamento deliberado de órgãos ou políticas para outra arena política. É considerado de baixa visibilidade, visto que os atores beneficiários das políticas podem não perceber essas mudanças, de modo que os custos políticos dessa estratégia não podem ser atribuídos a quem as promove.

No desmantelamento por ação simbólica, estratégia de alta visibilidade, observa-se um discurso claro de desmantelamento, sem efeito necessariamente correspondente, devido a elevadas restrições institucionais, e/ou quando os políticos ainda não estão certos de que o desmantelamento é politicamente vantajoso. No desmantelamento ativo, converge-se a intenção (o discurso) em ações explícitas e concretas de desmantelamento. Desta forma, as decisões são ativas e há uma forte preferência por desmantelar, vindas dos tomadores de decisões públicas, por exemplo, por meio de reformas incrementais.

Desta forma, as estratégias de desmantelamento de políticas, são apresentadas como métodos ou planos deliberados para alcançar determinados efeitos, dependendo de fatores específicos que influenciam a preferência dos políticos

governantes. Esses fatores incluem, por exemplo, o desejo de ocultar o que estão fazendo (evitamento da culpa) ou, ao contrário, de tornar públicas suas decisões de desmantelamento. Ademais, os autores destacam que as estratégias não são estanques nem mutuamente excludentes e que podem ser ajustadas ao longo do tempo, a depender de mudanças nas alianças políticas ou nas condições macroeconômicas. Diferentes estratégias também podem ser usadas de forma combinada, ampliando sua complexidade e seu alcance.

5. Sobre o escopo dos estudos: Temas, contextos e problemas em estudo

Ao analisarmos o escopo dos estudos recuperados, podemos observar que os estudos com o enfoque conceitual da ADP tendem a crescer a partir de 2013, em grande parte devido à sistematização proposta por Bauer & Knill (2013), que apresentaram uma estrutura analítica para medir e explicar o desmantelamento de políticas. A seguir, destacam-se os temas e as problemáticas analisados segundo as principais localizações.

5.1. Estudos com foco nos países da União Europeia

Como observado na literatura, a ADP ganhou destaque no campo de pesquisas sobre políticas públicas ambientais da União Europeia. E, ao analisarmos os temas e contextos dos estudos recuperados, observa-se que a maior parte — dois terços — tem como pano de fundo os países da União Europeia, descritos no quadro 2, mais abaixo.

A análise da literatura sobre a União Europeia (EU) revela um contexto de desmantelamento ambiental marcadamente distinto dos casos posteriormente analisados, como será visto nas subseções a seguir. Caracterizados por uma sofisticação institucional e uma subtileza estratégica, os casos europeus refletem a complexidade do próprio projeto de integração da UE. Longe de ser um processo de desmonte aberto e declarado, o que se observa no cenário europeu é um fenômeno de erosão regulatória, em que as estratégias de "evitação de culpa" (blame avoidance) predominam, operando nas brechas da governança multinível e no campo discursivo (Bauer & Knill, 2013; Jordan et al., 2013).

Quadro 2. Estudos com foco nos países da União Europeia e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	País e Política	Estratégia de desmantelamento
Bernauer & Knill. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013)	Alemanha; Política de resíduos	Destaca-se o desmantelamento por omissão (não atualizar o orçamento desta política) e por mudança de arena (transferir a responsabilidade do governo central para o municipal)
Jordan & Turnpenny. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013)	Reino Unido; Políticas do setor de água	O estudo tem como destaque o desmantelamento simbólico, através do discurso político pró desmantelamento
Gravey & Jordan. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2016.	União Europeia; Legislação ambiental	A crise financeira de 2008 desencadeou a ascensão de discursos pró desmantelamento (desmantelamento simbólico) a fim de reverter a expansão da legislação ambiental europeia
Steinebach & Knill. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2017.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se o desmantelamento por mudança de arena, através da transferência de responsabilidades e funções do governo central para o subnacional
Burns et al. <i>Environmental Politics</i> , 2019.	União Europeia; Legislação ambiental	Desmantelamento por omissão através da estagnação na criação de leis ambientais
Eckersley & Tobin. <i>Policy and Politics</i> , 2019.	Reino Unido; Políticas ambientais e de fiscalização	Destaca-se o desmantelamento por omissão, devido à redução de recursos orçamentários e de pessoal, enfraquecendo a capacidade das funções administrativas e estratégicas
Burns et al. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se a diminuição da ambição das políticas ambientais, considerado desmantelamento por omissão, quando ocorre uma abstenção em adequar as políticas ao nível existente
Burns & Tobin. <i>Journal of Common Market Studies</i> , 2020.	União Europeia; Políticas climáticas	Destaca-se o desmantelamento por omissão, devido a diminuição da ambição das políticas climáticas
Gravey & Jordan. <i>Public Administration</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Aponta para o uso das quatro estratégias de desmantelamento, no entanto sem resultados efetivos
Justo-Hanani & Dayan. <i>Journal of Environmental Policy and Planning</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se a estratégia de desmantelamento por omissão, visto que, constata-se uma diminuição das propostas de regulamentação ambiental
Lenschow et al. <i>Public Administration</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Foco no desmantelamento por omissão, através da redução de recursos financeiros para a implementação de políticas ambientais, e desmantelamento ativo através de alterações e flexibilizações das regulamentações existentes
Pollex & Lenschow. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Desmantelamento ativo através de alterações técnicas e administrativas visando reduzir o escopo das políticas existente
Pollex. <i>Journal of Common Market Studies</i> , 2022.	União Europeia; Legislação ambiental	Detecta ações de desmantelamento de baixa visibilidade, em especial através da omissão, devido a abstenção de adequar as políticas ao nível existente
Coletti. <i>Rivista Italiana di Politiche Pubbliche</i> , 2023.	Itália; Legislação ambiental	Foco na dificuldade de aplicação da legislação ambiental Europeia nos níveis subnacionais. No caso italiano, apresenta-se as limitações de implementação da legislação devido à falta ou limitação das capacidades locais, evidenciando o desmantelamento por mudança de arena e por omissão
Coletti. <i>Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group</i> , 2024.	União Europeia; Legislação ambiental	Foco na estratégia de desmantelamento ativo. O estudo visa analisar as tentativas de desregulação (diminuir a legislação ambiental)
Förel & Fischer. <i>Environmental Policy and Governance</i> , 2025.	Suécia; Políticas climáticas	Destaca-se o desmantelamento ativo através de revisões e alterações dessas políticas, e o uso estratégico do discurso para legitimar tais mudanças.

Fonte: os autores (2025).

O desmantelamento por omissão configura-se como a espinha dorsal deste processo. A literatura demonstra que, após a crise financeira de 2008, o período de austeridade econômica justificou cortes orçamentários diretos nas agências e nos programas ambientais, mas também catalisou uma mudança profunda na agenda política. Estudos como os de Steinebach & Knill (2017) e Burns & Tobin (2020) detalham como houve uma estagnação deliberada na produção legislativa ambiental pela Comissão Europeia, outrora o "motor" da política verde do bloco. Esta "paralisia por omissão" foi estrategicamente utilizada para não ajustar as metas e os instrumentos políticos às novas evidências científicas e às ambições necessárias, congelando a *densidade* da política em um patamar inferior ao necessário.

Paralelamente, um vigoroso desmantelamento por ação simbólica foi mobilizado para criar um ambiente político favorável a essa estagnação. Um forte discurso pró-desmantelamento, articulado por setores empresariais e seus representantes políticos, ganhou força, fundamentado na crítica a uma suposta "burocracia de Bruxelas" asfixiante e na defesa da competitividade econômica diante de uma regulamentação ambiental excessiva (Coletti, 2023; 2024). No entanto, como observam Gravey & Jordan (2020), este discurso frequentemente não se traduziu em desmantelamento ativo em larga escala, ou seja, na revogação explícita de diretivas ambientais fundamentais. Esta é uma dissonância entre o ruído retórico e a relativa estabilidade do *acquis* ambiental – que corresponde ao corpo integral da legislação, dos regulamentos, das normas jurídicas e das políticas comunitárias da UE na área ambiental que são vinculantes para todos os Estados-membros. Essa dissonância sugere uma estratégia simbólica pura, em que o discurso serve mais para mobilizar bases eleitorais e criar uma narrativa de "mudança" do que para efetivamente desmontar políticas, possivelmente devido ao alto custo político e às fortes restrições jurídico-institucionais existentes.

Uma lição fundamental e recorrente na análise do contexto europeu é a natureza dialética, e não linear, do desmantelamento. Diferentes estudos evidenciam que o processo não é homogêneo. Enquanto algumas áreas políticas sofrem erosão, outras podem testemunhar expansão ou consolidação, em um fenômeno que Gravey & Jordan (2016) e Pollex (2022) caracterizam como de "*dismantling and expansion*" simultâneos. Isto é particularmente visível em áreas como as políticas de bioinvasão, que continuaram a se expandir mesmo no contexto pós-crise (Justo-Hanani & Dayan, 2020). Esta complexidade revela a resiliência do arcabouço institucional da UE e o "efeito trava" (*lock-in*) criado por décadas de integração regulatória, o que torna o desmonte completo de políticas uma empreitada politicamente custosa e logisticamente complexa.

Esta análise aprofundada suscita questões cruciais para o avanço da pesquisa sobre desmantelamento de políticas ambientais: em que medida a combinação de desmantelamento por omissão e ação simbólica, típica do contexto europeu, representa uma forma mais eficaz e sustentável de enfraquecer a governança ambiental a longo prazo, ao criar um "novo normal" de baixa ambição, sem os custos de um confronto político direto? E, considerando a resiliência do *acquis* ambiental, quais são os limites intrínsecos do desmantelamento em um sistema político hiperconsensual e juridicamente denso como o da UE, onde a inércia e a complexidade institucional podem atuar como os maiores freios ao desmonte?

5.2. Estudos com foco no Brasil

O caso brasileiro emerge na literatura como um exemplo paradigmático de desmantelamento ambiental intenso, sistemático e de alta visibilidade, que se distanciou radicalmente da lógica de "evitação de culpa" observada nos contextos europeus. O período analisado, em especial o governo Bolsonaro (2019-2022), foi marcado por uma estratégia aberta de confronto às políticas ambientais, que empregou, de forma sinérgica e acelerada, todo o repertório das estratégias de *policy dismantling*, conformando um verdadeiro "manual prático" do desmonte (Milhorange, 2022; Sabourin et al., 2020).

Quadro 3. Estudos com foco no Brasil e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	Política	Estratégia de desmantelamento
Sabourin et al. <i>Cahiers Agricultures</i> , 2020.	Políticas socioambientais	Integração de diferentes estratégias de desmantelamento (omissão, simbólico e ativo), em especial a partir de 2019
Gurgel et al. <i>Desenvolvimento e Meio Ambiente</i> , 2021.	Regulação de agrotóxicos	A flexibilização das regras e normas de regulação de agrotóxicos no Brasil, refletem ações de desmantelamento ativo
Da Fonseca et al. <i>Sustainability in Debate</i> , 2022.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Destaca-se o desmantelamento ativo (redução dos aspectos regulatórios)
Milhorance. <i>Review of Policy Research</i> , 2022.	Políticas socioambientais	Destaca-se o desmantelamento: por omissão (corte orçamentário), simbólico (discurso antiambiental) e ativo (extinção de conselhos participativos)
Bonelli et al. <i>Sustainability in Debate</i> , 2023.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Desmantelamento ativo, através de mudanças no regramento de políticas florestais, e pela substituição sistemática de servidores com experiência por servidores sem qualificação na área ambiental
Coudel et al. <i>Sustainability in Debate</i> , 2023.	Regulação de agrotóxicos	Tem como foco a flexibilização do uso de agrotóxicos no Brasil, especialmente durante o governo Bolsonaro, com destaque para ações de desmantelamento ativo, como simplificação de processos de registros desses produtos, facilitando sua liberação, bem como alterações na classificação toxicológica de compostos já existentes.
Moulin, <i>Sustainability in Debate</i> , 2023; USP, 2024b.	Mudanças na estrutura do IBAMA	Desmantelamento ativo, a partir da tentativa de subverter entendimentos pré-constitucionais sobre o propósito da agência do IBAMA
Neves. <i>Sustainability in Debate</i> , 2023.	Políticas ambientais	Desmantelamento simbólico (através do discurso antiambiental do ex-presidente Bolsonaro), por mudança de arena (transferência de competências de um ministério para outro) e ativo (através de decretos que extinguiu a participação da sociedade civil em colegiados da administração pública)
Souza. UNICAMP, 2023.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Apresenta as quatro estratégias de desmantelamento, simbólico (discurso pró desmantelamento), por omissão (cortes orçamentários), por mudança de arena (militarização da fiscalização ambiental) e ativo (através de mudanças feitas por decreto)
Moulin. <i>Public Policy in Democratic Backsliding</i> , 2024a; USP, 2024b.	Mudanças na estrutura do IBAMA	Destaca-se o desmantelamento ativo (introdução de audiências de conciliação e proibição de destruição de equipamentos apreendidos dos infratores); desmantelamento por omissão (diminuição da aplicação de infrações por crimes ambientais); desmantelamento simbólico (tentativa de desqualificar a atuação do órgão ambiental)
Pereira et al. <i>Brazilian Political Science Review</i> , 2024.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Destaca-se o desmantelamento simbólico (através do discurso ligado a um ceticismo sobre a crise ambiental e de que as políticas ambientais vão contra os interesses econômicos do país), e o desmantelamento ativo (por meio de mudanças no regramento através de decretos, portarias e normativas)

Fonte: os autores (2025).

O processo estabeleceu-se como um potente desmantelamento por ação simbólica, que serviu de combustível ideológico para as demais ações. Este não se limitou a um discurso genérico de crítica à regulamentação, mas assumiu contornos específicos e agressivos: a negação pública e sem base técnica dos dados de desmatamento produzidos pelo INPE (Souza, 2023); a criminalização de ONGs ambientais, acusadas de

responsabilidade por incêndios e vazamentos de óleo; e a construção de uma narrativa que associava a proteção ambiental a obstáculos ao desenvolvimento nacional e a uma suposta "indústria de multas" (Bonelli et al., 2023). Este discurso, ecoado pelo presidente e seus ministros, teve o efeito duplo de mobilizar uma base eleitoral "antissistema" e de deslegitimar publicamente as instituições de controle, criando um ambiente de permissividade para ações mais concretas.

No plano do desmantelamento ativo, a literatura documenta um vasto conjunto de intervenções explícitas. Destaque-se a edição de decretos presidenciais com impacto direto na capacidade de fiscalização, como o Decreto 9.760/2019, que instituiu a "audiência de conciliação" para autuações, na prática, dificultando e alongando a cobrança de multas ambientais (Da Fonseca et al., 2022). O "Decreto do Revogaço" (9.759/2019) promoveu a extinção em massa de colegiados sociais, esvaziando fóruns de participação como o Conama, que teve sua composição drasticamente reduzida e sua função técnica esvaziada (Souza, 2023). No âmbito legislativo, a pressão por projetos como o "Pacote do Veneno" (PL 6.299/2002) e a flexibilização do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004) visavam alterar a própria base legal da proteção ambiental (Gurgel et al., 2021). Complementarmente, uma estratégia de desmantelamento por mudança de arena foi crucial. A transferência do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e da gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Agricultura representou uma mudança de arena estratégica, deslocando o controle de instrumentos fundamentais de uma pasta com missão conservacionista para outra com vocação produtivista, o que configurou um claro conflito de interesses (Neves, 2023). A operação "Verde Brasil", que subordinou o Ibama e o ICMBio ao comando do Exército, é outro exemplo emblemático, em que a arena militar substituiu a técnica, resultando em uma fiscalização menos efetiva e mais politizada (Moulin, 2024a).

Paralelamente, operava-se um desmantelamento por omissão estruturante. Cortes orçamentários severos e contingenciamentos recorrentes no Ibama e no ICMBio levaram à paralisia operacional, com redução de viaturas, equipamentos e equipes de campo (Bonelli et al., 2023). A queda de mais de 60% na aplicação de sanções pelo Ibama entre 2019 e 2022 não foi um mero reflexo da menor infração, mas uma evidência do esvaziamento deliberado da função fiscalizatória do Estado (Souza, 2023).

Uma lição crucial que a literatura oferece é a de que o desmantelamento no Brasil foi multidimensional e sequencial, atacando simultaneamente a *densidade* (via novas leis e decretos), a *intensidade* (via cortes orçamentários e enfraquecimento da fiscalização) e a *legitimidade* (via discurso) da política ambiental. No entanto, outra lição igualmente importante é a da resiliência e da resistência. Estudos detalhados mostram que o desmantelamento encontrou barreiras. Moulin (2024a; 2024b) documenta as "táticas de

resistência" dos servidores do Ibama, que iam desde o vazamento anônimo de informações à imprensa até o fortalecimento de sua associação de classe (Ascema) e a formação de alianças informais com outros atores do Estado, como o Ministério Público Federal. A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), ao barrar algumas das medidas mais extremas, também é apontada como um freio institucional ao desmonte (Dos Reis, 2025).

Esta análise profunda do caso brasileiro suscita questões fundamentais para a agenda de estudos sobre desmantelamento de políticas ambientais no Brasil: Qual é a herança duradoura de um desmantelamento que corroe, de forma coordenada, os pilares normativos, administrativos, orçamentários e sociais da política ambiental? E, em um contexto de reconstrução, como as "táticas de resistência" e os espaços de resiliência institucional identificados podem ser formalizados e fortalecidos para servir como anticorpos contra futuros ciclos de desmonte?

5.3. Estudos em outras localidades

A literatura mapeada em outros contextos nacionais revela que o fenômeno do desmantelamento ambiental, embora assuma contornos específicos em cada localidade, compartilha dinâmicas transnacionais, notadamente a influência de lideranças populistas e a centralidade do discurso como ferramenta de deslegitimação. No entanto, estes estudos também iluminam nuances importantes, como a aplicação do desmantelamento para fins de proteção ambiental e o papel crucial das rotinas organizacionais como barreiras à desconstrução de políticas.

Quadro 4. Estudos com foco nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e México e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	País e Política	Estratégia de desmantelamento
Korte & Jorgens. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013).	Estados Unidos; Legislação ambiental	Desmantelamento ativo (através da alteração das métricas para análise de impacto ambiental), por mudança de arena (através da transferência de competências de um programa para outro)
Wellstead. <i>Regional and Federal Studies</i> , 2018.	Canadá; Leis de proteção ambiental	Destaca-se o desmantelamento ativo (através da alteração de atos legislativos quanto a proteção ambiental e uso de recursos), e por mudança de arena (com a transferência de competências do governo federal para as províncias)
García-Hernandez et al. <i>Journal of Environmental Policy and Planning</i> , 2022.	México; Legislação ambiental e energética	Destaca-se o desmantelamento ativo através de modificações nas regulamentações
Drake & Skovgaard. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Alemanha e Canadá; Leis de subsídios aos combustíveis fósseis	Desmantelamento simbólico (através do discurso contra os subsídios aos combustíveis fósseis) e desmantelamento por omissão (através de cortes orçamentários)
Schaub et al. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Espanha, Canadá, Austrália e Estados Unidos; Políticas ambientais e energéticas	Analisa diversos estudos de caso apontados pela literatura sobre ADP. Destacam-se diversos casos com o uso de estratégias de desmantelamento distintas (podendo ser simbólico, por mudança de arena, por omissão ou ativo)
Paterson et al. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Reino Unido; Políticas de NET Zero	Destaca-se o aumento do discurso político (desmantelamento simbólico) contra as políticas Net Zero (compromisso de diminuir ou zerar as emissões de GEE)
Nieto-Morales & Cejudo. <i>Policy Studies</i> , 2025.	México; Políticas de transparência de informações governamentais	Destaca-se o forte discurso (desmantelamento simbólico) contra as políticas de transparência, bem como cortes orçamentários (desmantelamento por omissão) a agências que fornecem tais informações.

Fonte: os autores (2025).

Nos Estados Unidos, o estudo de Korte & Jörgens (2013) sobre o governo de George W. Bush (2001-2009) demonstra um caso clássico de desmantelamento diante de fortes restrições institucionais. A tentativa de desmantelar ativamente o programa *New Source Review* (NSR), que regulava a poluição do ar de novas indústrias, esbarrou em um sistema de “freios e contrapesos” robusto. Diante da impossibilidade de revogação legislativa, a estratégia predominante foi um desmantelamento por omissão e por mudança de arena administrativa, minando a intensidade da política por meio da redução drástica de ações de fiscalização e de execução do NSR pela agência ambiental, enfraquecendo-a na prática, sem alterar a lei.

Já os casos do Canadá e do México ilustram a conexão entre o populismo e o desmantelamento. No Canadá, Wellstead (2018) analisa como o governo Harper (2006-2015) promoveu um desmantelamento ativo por meio do Projeto de Lei C-38 (2012), que alterou profundamente múltiplas leis ambientais de uma só vez, enfraquecendo a proteção das águas navegáveis e acelerando os processos de avaliação de grandes projetos. No México, García-Hernández & Lucatello (2022) e Nieto-Morales & Cejudo (2025) documentam a estratégia do

presidente Andrés Manuel Lopez Obrador (a partir de 2018) para dismantelar instituições de transparência e participação. A estratégia combinou dismantelamento por omissão (cortes orçamentários), ação simbólica (discursos que minavam a credibilidade das instituições) e tentativas de mudança de arena, buscando centralizar o controle. Contudo, o caso mexicano oferece uma lição vital: Nieto-Morales & Cejudo (2025) argumentam que as rotinas organizacionais consolidadas no Instituto Nacional de Transparência (INAI) atuaram como amortecedor eficaz, criando resistência passiva e mitigando os efeitos do desmonte.

Um contraponto que oferece uma contribuição teórica significativa é apresentado por Drake & Skovgaard (2024), que investigam o dismantelamento de subsídios a combustíveis fósseis em países da OCDE. O estudo revela que as estratégias de dismantelamento de políticas não são um monopólio de forças antiambientais, podendo ser mobilizadas para fins pró-ambientais. Na Alemanha, o alto custo dos subsídios ao carvão levou a um dismantelamento ativo bem-sucedido. Já no Canadá, o tema ficou predominantemente no nível do dismantelamento simbólico (discursos favoráveis ao fim dos subsídios), sem que ações concretas fossem implementadas, o que demonstra a dificuldade de superar a força dos interesses constituídos, mesmo quando há um discurso oficial favorável.

Uma lição transversal que emerge desses contextos diversos é a plasticidade do dismantelamento como estratégia política, que pode ser acionada por diferentes ideologias e para finalidades distintas. Além disso, evidencia-se que a robustez das instituições – seja por meio de sistemas de freios e contrapesos (EUA), seja por meio de rotinas administrativas entrincheiradas (México) – constitui a principal barreira à efetividade do desmonte.

Esta análise gera questões provocadoras para a agenda dos estudos sobre o tema: em que medida a lógica do dismantelamento de políticas, originalmente concebida para analisar o desmonte do Estado de Bem-Estar, mostrou-se adaptável para compreender ataques a políticas ambientais em contextos políticos tão diversos? E, considerando os casos do México e da Alemanha, como podemos teorizar de forma mais sistemática o papel das rotinas organizacionais e dos cálculos de custo-benefício econômico como fatores que podem, respectivamente, frear ou impulsionar processos de dismantelamento – seja ele para fins de degradação ou de proteção ambiental?

6. Considerações finais

Este artigo realizou um mapeamento e uma análise sistemática da literatura internacional sobre o dismantelamento de políticas ambientais, com o objetivo de caracterizar as estratégias, temas e contextos predominantes, sintetizar lições aprendidas e

delinear uma agenda de pesquisa. A aplicação de uma Revisão de Escopo parametrizada e orientada pelo arcabouço teórico do *policy dismantling* permitiu-nos ir além do estado da arte, oferecendo uma visão integrada e comparativa sobre como este fenômeno político se manifesta em diferentes realidades.

A análise dos contextos revelou uma gama de estratégias de desmantelamento, que varia significativamente de acordo com a robustez institucional e a conjuntura política de cada país ou bloco. Na União Europeia, observa-se um padrão de erosão regulatória sutil, ancorado no desmantelamento por omissão e em ações simbólicas, em que a complexidade institucional e o aquis ambiental atuam simultaneamente como freios e alvos. Em contraste, o caso brasileiro emergiu como um exemplo de desmontagem ostensiva e multifacetada, que empregou, de forma acelerada e sinérgica, todo o repertório de estratégias – simbólica, ativa, por mudança de arena e por omissão –, atacando frontalmente a densidade, a intensidade e a legitimidade da política ambiental. Já os estudos em outras localidades, como os EUA, o Canadá e o México, destacaram a plasticidade do fenômeno, mostrando sua associação com governos populistas, mas também sua aplicação paradoxal para fins de proteção ambiental, como na eliminação de subsídios a combustíveis fósseis.

Duas contribuições centrais deste artigo se destacam. A primeira é metodológica: ao empregar a Scoping Review de forma sistemática e teoricamente guiada a este objeto específico, demonstraram-se suas possibilidades para organizar campos de estudo emergentes e complexos nas Ciências Sociais Aplicadas, fornecendo um protocolo replicável e refinável. A segunda contribuição é substantiva: os resultados não apenas consolidam o conhecimento sobre as dinâmicas de desmonte, mas também, e principalmente, geram um "menu" para uma agenda de pesquisa futura, sintetizado nas questões que emergiram da análise.

Esta agenda inclui, mas não se limita a:

- Investigar os impactos de longo prazo dos diferentes *modus operandi* de desmantelamento (sutil vs. ostensivo) na resiliência dos sistemas de governança ambiental.
- Explorar como as estratégias de resistência burocrática e institucional identificadas (por exemplo, no Brasil e no México) podem ser teorizadas, sistematizadas e potencializadas.
- Aprofundar a análise do desmantelamento para fins pró-ambientais, examinando os fatores que determinam seu sucesso ou fracasso em diferentes contextos.
- Testar os limites de aplicabilidade do Policy Dismantling Framework em democracias não consolidadas e com alta desigualdade social, refinando seus pressupostos à luz das lições do Sul Global.

Em conclusão, este estudo evidencia que o desmantelamento de políticas ambientais é um fenômeno global, porém profundamente contextual, cuja compreensão requer lentes analíticas capazes de capturar tanto a sua face aberta e agressiva quanto os seus processos de erosão silenciosa. Ao mapear sistematicamente este campo e apontar caminhos futuros de investigação, esperamos ter contribuído para fortalecer a capacidade da academia e dos atores políticos em diagnosticar, resistir e, finalmente, reverter esses processos de desconstrução.

Referências bibliográficas

- Aromataris, E., Lockwood C., Porritt K., Pilla B., & Jordan Z. (2024). JBI Manual for Evidence Synthesis. JBI, 2024. Cap. 10. <https://synthesismanual.jbi.global>.
- Bauer, M. W., Jordan, A., Green-Pedersen, C., & Héritier, A. (2013). Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0009.
- Bernauer, D., Knill, Christoph. (2013). When the Dismantling of an Ineffective Policy Becomes Increasingly Costly: Default Strategies, Arena Shifting, and Symbolic Action in German Waste Policy. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0007.
- Bonelli, F., Fernandes, A. S., & Cavalcante, P. L. C. (2023). The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control. *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 56 – 80. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44277.
- Burns, C., Gravey, V., Jordan, A., & Zito, A. (2019). De-Europeanising or disengaging? EU environmental policy and Brexit. *Environmental Politics*, 28 (2), pp. 271 – 292. DOI: 10.1080/09644016.2019.1549774.
- Burns, C., Eckersley, P., & Tobin, P. (2020). EU environmental policy in times of crisis. *Journal of European Public Policy*, 27 (1), pp. 1 – 19. DOI: 10.1080/13501763.2018.1561741.
- Burns, C., & Tobin, Paul. (2020). Crisis, Climate Change and Comitology: Policy Dismantling Via the Backdoor? *Journal of Common Market Studies*, 58 (3), pp. 527 – 544. DOI: 10.1111/jcms.12996.
- Coletti, P. (2023). Policy Dismantling of European Environmental Policy: How to Evaluate Regional Simplification Between Policy Inertia and Policy Expansion. *Rivista Italiana di Politiche Pubbliche*, (1), pp. 125 – 148. DOI: 10.1483/106821.
- Coletti, Paola. (2024). Dismantling of European environmental policy: how great expectations in Brussels are dashed by Italian subnational implementation. *Regional and Federal Studies*. DOI: 10.1080/13597566.2024.2358498.
- Coudel, E., et al. (2023). Backlash of policy dismantling in the production of invisibility: when pesticides cease to be a public problem. *Sustainability in Debate*, [S. I.], v. 14, n. 1, p. 99–135. DOI: [10.18472/SustDeb.v14n1.2023.45495](https://doi.org/10.18472/SustDeb.v14n1.2023.45495).
- Da Fonseca, I F., Lindoso, D. P., & Bursztyn, M. (2022). Deforestation (lack of) control in the Brazilian Amazon: from strengthening to dismantling governmental authority (1999-2020). *Sustentabilidade em Debate*, Volume 113 No. 2. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v13n2.2022.44532>.
- Drake, E., & Skovgaard, J. (2024). Do Political Institutions Influence the Dismantling of Fossil Fuel Subsidies? Lessons from the OECD Countries and a Comparative Analysis of Canadian

and German Production Subsidies. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*. DOI: 10.1080/13876988.2024.2328605.

Eckersley, P., & Tobin, P. (2019). The impact of austerity on policy capacity in local government. *Policy and Politics*, 47 (3), pp. 455 – 472. DOI: 10.1332/030557319X15613701303511.

Förel, N., & Fischer, A. (2025). Climate Backlash and Policy Dismantling: How Discursive Mechanisms Legitimised Radical Shifts in Swedish Climate Policy. *Environmental Policy and Governance*. Doi.org/10.1002/eet.2160.

García-Hernandez, A. L., & Lucatello, S. (2022). Climate policy integration: taking advantage of policy windows? An analysis of the energy and environment sectors in Mexico (1997–2018). *Journal of Environmental Policy and Planning*, 24 (1), pp. 56 – 67. DOI: 10.1080/1523908X.2021.1940893.

Gravey, V., & Jordan, A. (2016). Does the European Union have a reverse gear? Policy dismantling in a hyperconsensual polity. *Journal of European Public Policy*, 23 (8), pp. 1180 – 1198. DOI: 10.1080/13501763.2016.1186208.

Gravey, V., & Jordan, A. (2020). Policy dismantling at EU level: Reaching the limits of ‘an ever-closer ecological union’? *Public Administration*, 98 (2), pp. 349 – 362. DOI: 10.1111/padm.12605.

Gurgel, A. M., Guedes, C. A., & Friedrich, K. (2021). Flexibilization of the pesticide regulatory policy as an opportunity for Brazilian (neco)politics: Advances in agribusiness and setbacks for health and the environment. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 57, pp. 135 – 159. DOI: 10.5380/dma.v57i0.79158.

Jordan, A., Green-Pedersen, C., & Turnpenny, J. (2013). Policy Dismantling: An Introduction. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0001.

Jordan, A., & Turnpenny, J. (2013). From Dismantling by Default to Symbolic Dismantling? Water Policy in the United Kingdom. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0008.

Justo-Hanani, Ronit., & Dayan, T. (2020). Environmental policy expansion in the EU: the intriguing case of bioinvasion regulation. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 22 (3), pp. 315 – 327. DOI: 10.1080/1523908X.2019.1705154.

Korte, S., & Jorgens, H. (2013). Active Dismantling Under High Institutional Constraints? Explaining the Bush Administration's Attempts to Weaken US Air Pollution Control Policy. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0004.

Lenschow, A., Burns, C., & Zito, A. (2020). Dismantling, disintegration or continuing stealthy integration in European Union environmental policy? *Public Administration*, 98 (2), pp. 340 – 348. DOI: 10.1111/padm.12661.

Milhorance, C. (2022). Policy dismantling and democratic regression in Brazil under bolsonaro: coalition politics, ideas, and underlying discourses. *Review of Policy Research*, v. 39, n. 6, p. 752-770. DOI: 10.1111/ropr.12502.

Moulin, C. S. A. (2023). Building and dismantling organisational capacity and bureaucratic identity: an analysis of Ibama's civil service examinations (1989-2022). *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 81 – 98, 2023. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44346.

Moulin, C. S. A. (2024a). Capacity-Building, Dismantling Strategies, and Resistance Tactics in Brazilian Environmental Agencies: Changes in Ibama's Authority and Nodality Tools from 2004 to 2022. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65707-8_10.

- Moulin, C. S. A. (2024b). Deforestation between capacity building and policy dismantling: a socio-legal interpretation of the Action Plan for Prevention and Control of Deforestation in the Brazilian Amazon, 2004-2022. 2024b. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.2.2024.tde-15042024-155853.
- Neves, E. M. S. C. (2023). Policy change, dismantling and environmental protection in Brazil. *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 26 – 41. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.46600.
- Nieto-Morales, F., & Cejudo, G. M. (2025). Resisting the tide: the role of organizational routines in mitigating policy dismantling. *Policy Studies*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/01442872.2025.2474073>.
- Paterson, M., Wilshire, S., & Tobin, P. (2023). The Rise of Anti-Net Zero Populism in the UK: Comparing Rhetorical Strategies for Climate Policy Dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*. DOI: 10.1080/13876988.2023.2242799.
- Pereira, A. K., Morais, L., Salomon, M., Oliveira, M. S., Lacerda, L., Corso, J. V., & Maior, M. S. (2024). Populismo e o Desmantelamento da Política de Fiscalização do Desmatamento no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18 (1), e0006. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202400010003>.
- Peters, M. D. J., Marnie, C., Trico, A. C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., McInerney, P., Godfrey, C. M., Khalil, H., & Marnie, C. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBIE Evidence Synthesis*, v. 18, n. 10, p. 2119-2126. <https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167>
- Peters, M. D. J., Godfrey, C., McInerney, P., Khalil, H., Larsen, P., Pollock, D., Trico, A., & Munn, Z. (2022). Best practice guidance and reporting items for the development of scoping review protocols. *JBIE Evidence Synthesis*, v. 20, n. 4, p. 953-968. <https://doi.org/10.11124/JBIES-21-00242>.
- Pollex, J., & Leschow, A. (2020). Many faces of dismantling: hiding policy change in non-legislative acts in EU environmental policy. *Journal of European Public Policy*, 27 (1), pp. 20 – 40. DOI: 10.1080/13501763.2019.1574869.
- Pollex, J. (2022). Simultaneous Policy Expansion and Reduction? Tracing Dismantling in the Context of Experimentalist Governance in European Union Environmental Policy. *Journal of Common Market Studies*, 60 (3), pp. 604 – 633. DOI: 10.1111/jcms.13277.
- Sabourin, E., Grisa, C., Nierdele, P., Pereira Leite, S., Milhorange, C., Damasceno Ferreira, A., Sauer, S., & Andriguetto-Filho, J. M. (2020). The dismantling of the rural and environmental public policies in Brazil. *Cahiers Agricultures*, 29, art. no. cagri200104. DOI: 10.1051/cagri/2020029.
- Schaub, S., Tosun, J., & Jordan, A. J. (2024). Climate Action through Policy Expansion and/or Dismantling: Country-Comparative Insights: An Introduction to the Special Issue. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v 26, Issue 3-4, p 215-232. DOI:10.1080/13876988.2024.2369640.
- Silva, D. M. C., & Vinha, V. G. (2025). Desmonte ambiental no Brasil: avanços e lacunas no conhecimento. *Revista Administração Pública* 59 (1). <https://doi.org/10.1590/0034-761220240178>.
- Steinebach, Y., & Knill, C. (2017). Still an entrepreneur? The changing role of the European Commission in EU environmental policy-making. *Journal of European Public Policy*, 24 (3), pp. 429 – 446. DOI: 10.1080/13501763.2016.1149207
- Souza, M. C. O. (2023). [Des]governança climático-ambiental nos setores AFOLU [agricultura, florestas e outros usos da terra] no Brasil (2019-2021) sob o regime do Acordo

de Paris. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 234.

Wellstead, A. M. (2018). Mechanisms of environmental policy change in a federal system: The case of open federalism and the 2006–15 Harper government. *Regional and Federal Studies*, 28 (2), pp. 177 – 197. DOI: 10.1080/13597566.2018.1441148.

Declaração de contribuição dos autores

Guilherme Dourado dos Reis: conceitualização, análise de dados, curadoria de dados, visualização, pesquisa e redação do manuscrito original.

Maria Cristina Oliveira Souza: conceitualização, pesquisa e redação – revisão e edição.

Rosana Icassatti Corazza: conceitualização, metodologia, validação, redação – revisão e edição, supervisão, administração do projeto.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Financiamento

Financiamento por meio de bolsa de mestrado, disponibilizada a Guilherme Dourado dos Reis, vinculada ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), desde março de 2023. Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), CNPJ 00.889.834/0001-08. Processo número 88887.835122/2023-00.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES

Guilherme Dourado dos Reis é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Estado de São Paulo. É geógrafo e mestre em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Unicamp (Conceito CAPES 6).

Maria Cristina Oliveira Souza é graduada em Gestão de Empresas e Administração pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA - UNICAMP). Mestre em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Unicamp (Conceito CAPES 6) e doutora em Política Científica e Tecnológica. Possui trabalhos e projetos desenvolvidos na área de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente com enfoques na política energética no contexto de uma economia de baixo carbono e na governança ambiental.

Rosana Icassatti Corazza é Professora Associada I da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo, atuando no Departamento de Política Científica e Tecnológica e no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. É economista, mestre e

doutora em Política Científica e Tecnológica, pela Unicamp, com estágio doutoral na Université de Strasbourg, França.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.